

DO ESPAÇO FÍSICO AO ESPAÇO SOCIAL: FORMULAÇÕES SOBRE EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL NA VILA DE PONTA NEGRA E NA FAVELA MARUIM

Resultado de investigación finalizada

GT - 08: Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social

Lucas Costa Freire Luzardo,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Pedro Augusto Filgueira Albuquerque,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RESUMO

Na tentativa de compreender a relação entre o espaço físico e o social na cidade, o estudo está baseado numa pesquisa empírica de natureza qualitativa em duas áreas de risco da cidade de Natal-RN, Brasil. Pensar a cidade brasileira hoje requer enfrentar problemas urbanos históricos com base nas características de cada lugar, com isso a caracterização dos conceitos de exclusão e vulnerabilidade sugere uma utilização de um arcabouço metodológico que envolve os diferentes tipos de situações de risco, identificando os agentes e suas relações com o espaço; isso estabelece uma ferramenta para o planejamento e implementação de políticas públicas por parte do Estado para o enfrentamento e resolução de conflitos e condições de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Espaço urbano, Exclusão, Vulnerabilidade.

1. INTRODUÇÃO:

Vivemos hoje num período em que problemáticas urbanas se agravam, ao passo que a cidade ganha cada vez mais notoriedade no processo de desenvolvimento e competição por capital em escala global. Isso faz com que haja a edificação de novas dinâmicas associadas à globalização e a redefinição das ações e políticas públicas empregadas por gestores urbanos.

Uma vez que não há um planejamento estratégico eficiente, que articule todos os atores sociais envolvidos para a melhor gestão do espaço, não é difícil atrelar a imagem de cidades brasileiras a problemas urbanos; muitas vezes comuns às grandes metrópoles.

Com ressalvas às especificidades de cada município, observamos problemas urbanos e conflitos sociais que tornam o modelo urbano brasileiro socialmente injusto e ambientalmente precário. Nesse sentido, visualiza-se que a cidade e o urbano muitas vezes se mostram fragmentados, com problemas concentrados em áreas precárias que caracterizam situações de vulnerabilidade e exclusão, as quais estão baseadas numa lógica perversa de concentração de pobreza e desigualdade.

Com base nisso, busca-se nesse trabalho contribuir para a pesquisa acerca da visão de exclusão e da vulnerabilidade com base no espaço urbano. Para isso será descrito o surgimento da cidade e os processos socioeconômicos e políticos que causam esses fenômenos. Após isso se faz necessário investigar os conceitos de exclusão e vulnerabilidade, assim como, compará-los com base numa análise empírica de duas áreas urbanas, as quais sofrem por esse processo, mas devem ter estratégias diferentes de ação para a regulação social e promoção de políticas públicas.

2. O SURGIMENTO DA CIDADE CAPITALISTA E PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Antes de entender os conceitos de vulnerabilidade e exclusão, faz-se necessário compreender que o fenômeno urbano é um processo social, desenvolvido num meio espacial estruturado e criado por um núcleo de indivíduos, resultando na cidade (HARVEY 1980).

Uma vez que a cidade se constitui como um produto social, devemos analisá-la com base na lógica da expansão urbana e do modo de produção, já que estes permeiam e compõem as dimensões e relações sociais que dão margem à produção e reprodução da cidade. Como aponta Harvey (1980, p.205):

É impossível de ser criada uma teoria geral do urbanismo. O urbanismo é um fenômeno e muitas vezes com formulações e olhares particulares e conflitantes. Procurar fazer formulações acerca da essência e dos fundamentos gerais se faz bastante válido no intuito de leituras interpretativas, mas tomando cuidado para não encerrar qualquer ideia.

Para isso devemos partir da ideia que a cidade possui diversas dimensões - simbólica, subjetiva, visual, etc. -, mas ela tem materialidade física dessas dimensões, tornando-a tangível, por meio do fenômeno urbano junto ao mercado. Dessa forma a cidade e o mercado se mostram como “duas faces de uma mesma moeda”, uma vez que a cidade se apresenta como uma aglomeração fixa, um lugar; e o mercado se apresenta quando a cidade torna-se palco de um modo de produção, ou seja, quando a cidade atua como um espaço de encontro e de trocas.

No intuito de entender a relação da cidade com o modo de produção e a sociedade, vamos ver que o conceito de modo de produção é primordial no pensamento marxista, mas ainda se mostra complexo e pouco explicado. Para Marx o modo de produção:

[...] constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas sociais de consciência (MARX Apud HARVEY, 1980, p. 2007).

Portanto, o modo de produção organiza e molda a sociedade e pode gerar mudanças. Junto a isso, percebe-se que a totalidade das formas de relações sociais, políticas, jurídicas e institucionais são reflexo da base econômica da sociedade.

A cidade congrega uma série de fatores que a torna complexa, em função disso o modo de produção, mesmo que dominante num determinado tempo e espaço, pode coexistir junto a outros; além disso, exige um modo de organização social e uma cidade. Seus elementos básicos são: objeto do trabalho (matérias-primas/natureza); os meios de trabalho (ferramentas, equipamentos, capital fixo) e; força de trabalho. Esses três pontos devem ser considerados em unidade, mas podem variar em relação à necessidade, divisão do trabalho, arranjos tecnológicos e etc.

O conceito de modo de produção não é um “tipo ideal” quando se utiliza de maneira relacional, como o faz Marx, e se mostra inadequado para fazer a relação entre urbanismo e sociedade, portanto Harvey sugere o conceito de *Wheatley*, “modo de integração econômica, social e política” (HARVEY, 1980, p. 216).

Karl Polanyi distingue três modos de integração econômica ou mecanismos coordenadores: reciprocidade, redistribuição e mercado de troca. O autor se utiliza desses conceitos para imprimir um novo significado à teoria econômica, uma vez que este se restringia ao estudo da atividade econômica instituída com vista à realização do lucro, com base no liberalismo econômico. Dessa forma, ele apresentou a “economia substantiva”, que preconiza a análise econômica com base na interação do

homem e o meio que o rodeia, incluindo todas as atividades econômicas que resultassem na produção e na distribuição de bens, sejam caracterizados como formais ou informais.

O conceito de reciprocidade está ligado à questão da tradição, ou seja, ela tem por base a transferência de bens, favores e serviços entre indivíduos de um grupo, de acordo com os costumes e relações sociais estabelecidas. A reciprocidade pode ser dividida em: reciprocidade “equilibrada”, reciprocidade “desequilibrada” e reciprocidade “negativa”; já o conceito de Redistribuição pode ser caracterizado com base numa sociedade hierárquica, na qual uma elite ou classe dominante a pratica, sendo possível estar fisicamente representada por uma hierarquia de centros urbanos; por último, o Mercado de Troca pode ser definido quando os mercados que fixam os preços atuam para coordenar as atividades econômicas (POLANYI, 2000).

Ainda na esteira da revolução industrial, percebe-se a mudança no arranjo da produção pelo sistema capitalista, que supõe a integração econômica através do mercado que: fixa os preços, fomenta a divisão do trabalho e a especialização geográfica da produção e, além disso, atua por meio da competição, estimulando sempre a adoção de novas tecnologias e a organização de uma economia espacial eficaz. Polanyi (2000) mostra que esse sistema é seletivo e desigual, operando por uma lógica de mais valia, e que para sua reprodução e perpetuação, tem que atuar através da produção de excedentes e efetuar mudanças na organização e relações sociais. Além disso, permite o crescimento e o desenvolvimento do urbanismo e da cidade; agora, apontada como “cidade capitalista”.

Karl Polanyi ainda sugere que o desenvolvimento do mercado, junto às ideias liberais e de auto-regulação fazem com que o sistema econômico transformasse a terra, o trabalho e dinheiro em mercadorias "fictícias", tornando o mercado algoz da sociedade. Isso ocorre quando para arcar com os altos custos da sua implantação, transforma a sociedade num mercado rígido, movida pelo lucro, para possibilitar a expansão do sistema fabril. Com a concretização desse novo sistema social há a homogeneização de todos os indivíduos como “átomos dispensáveis” ao propósito de servir as engrenagens do capitalismo, o que acaba por destruir as relações sociais.

A cidade capitalista surge por ser um espaço físico que agrega um grande núcleo de indivíduos, ou seja, tem a maior oferta de mão de obra – produto social, o qual o mercado deve ser capaz de produzir e concentrar -, serviços e oportunidades para o mercado se reproduzir. Esse é o ponto principal entre urbanismo e modo de produção. A mais-valia, junto à complexificação das relações econômicas se tornou a base da produção expandida capitalista e seu cenário é a cidade do excedente.

Uma vez que o mercado conseguiu, não só moldar o processo de urbanização e as relações sociais, mas traçou também as relações mercado-Estado e Estado-sociedade. Essa lógica nos permite observar o processo de complexificação da cidade de modo a entender que o espaço físico é um reflexo do espaço social, e as expressões do território, hoje, representam a presença de um desenvolvimento econômico desigual e uma sociedade hierarquizada. Dessa forma a cidade capitalista acaba marcada por assimetrias e baseada numa lógica perversa de concentração de pobreza e desigualdade, que oprime e espolia os indivíduos que se condicionaram à situação de vulnerabilidade e exclusão em função da sobrevivência.

3. EXCLUSÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL: A DIMENSÃO ESPACIAL DAS CONDIÇÕES DE VIDA

Entendido isso é preciso indagar-se como perceber a discussão e construção do conceito de exclusão no campo social. É possível se perguntar, quem são os excluídos e onde estão as pessoas que se encontram condicionadas a essa situação de vulnerabilidade e exclusão?

Tendo como cenário a realidade urbana brasileira, desde os anos 70 surgiram uma série de pesquisas que versam sobre o tema, como por exemplo, a abordagem da industrialização e o padrão do sistema social excludente em economias periféricas; o processo de acumulação empregado pelo

governo militar e; pelos pobres urbanos. Entretanto é nos anos 80 que esse problema começa a ser visto como algo de natureza estrutural. (OLIVEIRA, 1997)

Junto a isso, graças aos altos índices de pauperização e desemprego, percebe-se que a principal fonte de exclusão é o mercado de trabalho, mas é preciso fazer a diferenciação entre desemprego estrutural e o desemprego conjuntural. Do ponto de vista da acumulação global o desemprego estrutural pode ser caracterizado como exclusão por que há a substituição dos espaços de emprego, entretanto no desemprego conjuntural não há exclusão, uma vez que não há a perda dos espaços de emprego, contudo formam-se grupos de reserva.

É preciso fazer a conceituação de exclusão deixando de lado a hipótese da produção de pobres e miseráveis como decorrência exclusiva dos processos da acumulação capitalista, e procurar tratar a questão, não só pelo viés do mercado de trabalho, mas em função das novas terminologias de exclusão, através de um viés mais político e não puramente econômico.

Entender isso postula observar como o processo de exclusão se comporta segundo circuitos de interação. Esses circuitos se baseiam na lógica do individualismo metodológico, o que considera a existência de estruturas e instituições sociais pré-existentes às visões da situação de exclusão. Com base nisso, compreende-se que estruturas e instituições sociais, atuam em conjunto com direitos coletivos, direitos privados e o poder público, dando base para a caracterização de circuitos dos excluídos ligados à: a) questão mercadológica; b) a questão dos direitos e; c) exclusão pelo modo de vida. Esses três circuitos de interação caracterizam o que podemos chamar de novos excluídos (OLIVEIRA, 1997).

Como abordado anteriormente, nas cidades o espaço físico é um reflexo do espaço social e por existir uma série de contradições entre Estado, mercado e sociedade, o urbanismo acaba por ser incrementado de forma a criar distorções reais no espaço e gerar uma distribuição desigual dos diversos grupos sociais no território.

Nesse sentido, Katzman (1999) aponta que o grau de vulnerabilidade de um lugar depende do controle de ativos de determinado indivíduo ou grupo social. Esses ativos são os recursos e habilidades alcançadas para o aproveitamento e alcance a uma estrutura de oportunidades que garantem o desenvolvimento pessoal e evitem situações de vulnerabilidade. Esses recursos devem ser administrados no contexto familiar para garantir a construção de um modelo positivo ao indivíduo a partir de suas primeiras relações sociais. Depois da família, outro ponto fundamental para a construção de padrões sociais de um indivíduo é a vizinhança. A importância dessas variáveis se reflete na capacidade de acumulação de ativos.

Observar isso é entender que as condições de vida e a capacidade de desenvolvimento social, além de está vinculada às características dos indivíduos e das famílias, destacando atributos de sociabilidade e condições socioeconômicas, devem estar vinculada à padrões espaciais do território.

Ademais, faz-se necessário que visualizemos o espaço urbano de forma diferenciada, o que faz do Estado grande responsável pela regulação social e promoção de políticas públicas, fomentando as estruturas de oportunidades e sendo fonte de acesso a ativos. O urbanismo levado a cabo por uma estratégia de crescimento, na qual, cria desigualdades e oprime os indivíduos de menores condições socioeconômicas tem por consequências a criação de um espaço urbano desigual e fragmentado. Na tentativa de compreender a relação entre cidadania e a cidade, Luiz César Ribeiro nos mostra que:

[...] a dinâmica urbana da cidade latino-americana tem como base a apropriação privada de várias formas da renda urbana, fazendo com que os segmentos já privilegiados desfrutem, simultaneamente, de maior nível de bem-estar social e riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor. Ao mesmo tempo, grande parte da população, formada pelos trabalhadores, é espoliada, por não terem reconhecidas socialmente suas necessidades de

consumo habitacional (moradia e serviços coletivos), inerentes ao modo urbano de vida (RIBEIRO, 2004).

No Brasil, a forma de urbanismo está marcada por momentos em que as relações de mercado e a ideologia econômica se mostram imperantes à ação estatal e organização social. As grandes cidades do país ganharam expressividade quando os centros urbanos adquirem alta densidade populacional, devido a industrialização e do êxodo rural, entretanto esse crescimento não foi acompanhado de planejamento e presença do Estado. Um segundo momento do urbanismo brasileiro foi marcado pelo período ditatorial, no qual vivenciou-se um período de massiva repressão social e falta de liberdade, ao passo que o país atravessava por uma grande fase de crescimento econômico.

Um exemplo disso é o espaço metropolitano de São Paulo, o qual representava o centro dinâmico e produtivo do país com alto grau de desempenho econômico, entretanto enfrentava uma dinâmica de crescimento econômico *versus* pauperização da população e depreciação da qualidade de vida (KOWARICK, 1979). As condições de vida observadas nesse momento se baseavam nas dinâmicas e relações de trabalho, fazendo com que o território fosse moldado numa lógica de crescimento desordenado da cidade e de relações econômicas desiguais.

Junto a isso, ocorre o espraiamento do centro urbano às cidades circunvizinhas, as quais adquirem sua própria lógica de centro-periferia, com problemas ainda mais profundos, maximizando a expulsão dos indivíduos dos centros urbanos para as periferias e o processo de desigualdade e exclusão, em função da produção do espaço que impõe distâncias cada vez maiores e novas dinâmicas de socialização urbana.

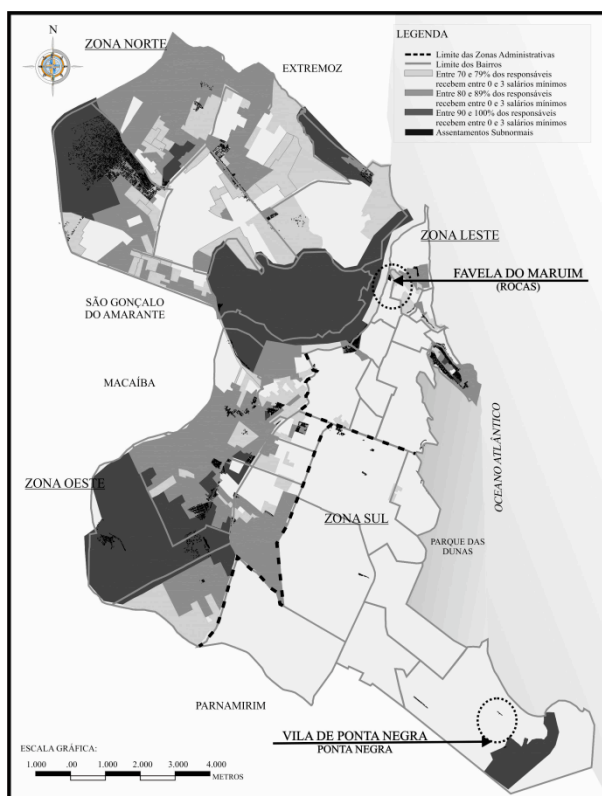
Assim, como visualizado por Polanyi, esse processo de urbanização desigual acaba por homogeneizar os indivíduos de determinada classe social numa mesma área, impossibilitando a concretização de uma rede social robusta e a produção de identidades sociais rígidas, dificultando o acesso a ativos e à estrutura de oportunidades.

Corroborando com essa compreensão, Caroline Moser elenca um leque de ativos que debatem sobre as limitações das definições de pobreza e a situação de vulnerabilidade; são eles: o Trabalho, a infraestrutura econômica e social, a habitação, as relações sociais (principalmente familiares) e capital social. A autora surge com esse cenário de ativos na tentativa de criar uma metodologia de ação para planejamento e implementação de políticas públicas para superar situações de risco, nas quais os indivíduos seriam incentivados a manipular esses ativos de forma mais eficaz (MOSER, 1998).

Assim, entende-se que a promoção de políticas públicas e o acesso a serviços, também está associado às características do núcleo familiar; às lógicas de interesse que o Estado e seus agentes empregam para prover ou não serviços às camadas pobres da cidade e; ao papel dos movimentos sociais e de reivindicação coletivas, que contribuiriam para alterar a forma de investimento público.

4. O CASO DA VILA DE PONTA NEGRA E FAVELA DO MARUIM EM NATAL-RN

Na tentativa de realização de uma análise empírica na cidade de Natal-RN, optou-se por duas áreas que notadamente são alvos da ausência de políticas públicas e acesso a serviços, sofrendo níveis de exclusão e vulnerabilidade, sendo elas: a Vila de Ponta Negra e a Favela do Maruim.



MAPA 1 - Predominância da população com renda média de até três salários mínimos e identificação da Vila de Ponta Negra e Favela do Maruim.

A escolha dessas áreas se deu a partir da realização do curso de extensão *Participatory Development, Collaborative Governance* realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil) em parceria com a Universidade da British Columbia (Canadá).

4.1. A Vila de Ponta Negra e o capital externo:

A vila de pescadores de Ponta Negra se constitui como parte e núcleo originário do bairro de Ponta Negra. O bairro de ponta negra surgiu a partir da lei municipal 4.328 em cinco de Abril de 1993, e segundo o anuário estatístico da cidade do Natal de 2013, o bairro tem área (Ha) de 1382,3 e população estimada em 24.780 pessoas.

Em sua maioria, os primeiros moradores eram famílias de pescadores que viviam em sítios com plantios de hortas em cima do morro ao lado da Praia de Ponta Negra. Sua cultura abarcava o folclore local com festas e danças que representavam o Boi de Reis, o Pastoril e Babelô; sendo praticado também o artesanato e as rendas.

Desde os anos 80, com a política de turismo, aquele espaço vem sofrendo mudanças sociais, econômicas e ambientais, acarretando numa série de transformações não só visíveis no território, mas também transformando a vida dos antigos moradores e criando um novo modo de sociabilidade urbana. Com a chegada e fixação dos turistas a vizinhança e as redes sociais são ampliadas gerando mudanças no habito e no comportamento dos indivíduos, transformando o cotidiano da área.



IMAGEM 1: Crescimento urbano da Vila de Ponta Negra

Além disso, o crescimento urbano ocorre ao redor da vila, fazendo com que a área originária ficasse “ilhada” ao processo de urbanização e "Turistificação", assim há rupturas no processo de sociabilidade. O bairro, hoje, se caracteriza pela grande quantidade de equipamentos turísticos, como por exemplo, hotéis, bares, restaurantes; além de certo grau de verticalização. O fenômeno de transformação do bairro de Ponta Negra acabou por gerar uma nova configuração urbana, caracterizando a Área como um “espaço artificial” voltado ao fluxo turístico e ao capital global.

Uma vez que os Investimentos públicos seguiram a dinâmica de valorização-especulação do mercado, percebe-se que o Estado postergou a realização de obras e promoção de políticas públicas na área em detrimento das melhorias no bairro de Ponta Negra, voltado para o fluxo turístico e especulação imobiliária. Assim, as mudanças econômicas evidenciadas provocaram a marginalização das antigas famílias que viviam através da pesca. Sendo assim, o bairro de Ponta Negra hoje é a representação do conflito sócio espacial onde há a desvalorização da cultura e tradições locais e investimentos públicos e privados valorizam o bairro, fazendo com que a camada pobre e originária do lugar seja expulsa devido a valorização do espaço. (KOWARICK, 1979)

Por outro lado, a partir do momento em que equipamentos turísticos chegam ao bairro, as mudanças socioeconômicas geram contradições que se espelham na força de trabalho. O que antes era produzido de forma individual ou coletiva seguindo tradições pelos moradores, agora obedece a lógica salarial do capitalismo, ou seja, com a mercantilização da economia, as relações de troca assumem uma nova dimensão baseada na mais-valia. (KOWARICK, 1979)

Os moradores abandonam a ideia de reciprocidade entre a vizinhança e começaram a seguir o modelo de mercado, aprendendo a realizar práticas comerciais voltadas ao turismo. Nesse momento há a formação do conselho comunitário e outras práticas de associativismo que levaram à população a reivindicar direitos e políticas públicas para a área, assim como, de forma coletiva, tentam manter as tradições da vila.

Através das práticas de associativismo, os moradores da vila hoje procuram maneiras de atribuir renda à pesca, ao artesanato, à cultura local e também ao mercado de praia. Entretanto o que devia beneficiar o grupo social acabou gerando uma competição entre mercado e sociedade. Esse novo conflito se baseia na restrição do mercado consumidor. Uma vez que a população começou a gerar

renda com o turismo, grandes empreendedores do bairro seguidos pela lógica de mercado começaram a excluir os moradores daquela área do mercado de trabalho formal.

Dessa forma, os indivíduos que estariam aptos a trabalhar nos empreendimentos locais, são excluídos desses espaços de emprego, gerando um desemprego “estrutural focalizado”. Esse método utilizado pelo mercado faz com que o nível de vulnerabilidade social aumente até o ponto que os moradores se submetam à sua lógica de mercado de exploração ou sejam obrigados a sair do bairro já valorizado.

O mercado de trabalho hoje é a principal fonte de exclusão e segundo Caroline Moser o trabalho é visto como um ativo fundamental para a criação de oportunidades para alcançar a estrutura de oportunidades por meio da obtenção de renda; Muitas vezes isso é impossível pela falta de capacidade dos indivíduos de exercer diferentes tarefas. A sociedade vê no indivíduo desempregado a condição de expulsão por que ele se encontra na ilegalidade, trata-se de uma figura estigmatizada (MOSER, 1998).

Hoje, segundo o Centro Comunitário De Ponta Negra, os moradores apresentam dificuldades para manter a cultura e as tradições locais em virtude de os jovens não estarem mais interessados no trabalho com pesca e artesanato ou não terem o devido apoio da sociedade e do Estado. As ONGs locais em conjunto com o centro comunitário estão tentando implantar um projeto de turismo ecológico na praia de Ponta Negra, mas ainda não conseguiram entrar em diálogo com a prefeitura municipal.

4.2. A favela do Maruim e a ausência do Estado:

A Favela do Maruim fica localizada no bairro das Rocas e seu surgimento data da década de 1940. Os primeiros moradores construíram de forma desordenada suas casas ao lado do Rio Potengi, no chamado Canto do Mangue, vivendo a partir da pesca.

Hoje o Maruim possui 150 famílias, com cerca de 700 habitantes em uma área de 1,5 hectares. A favela não dispõe de saneamento básico e tem o abastecimento de água bastante precário; é cotidiano seus moradores vivenciarem problemas gravíssimos relacionados à saúde, violência, habitação e principalmente defesa dos direitos humanos.

O bairro das Rocas é um dos mais antigos da cidade, segundo o Anuário Estatístico de Natal 2013 tem aproximadamente 10.430 habitantes e está situado próximo ao cais do Porto de Natal. O Maruim fica ao lado do porto e de um terreno da empresa Petrobras.

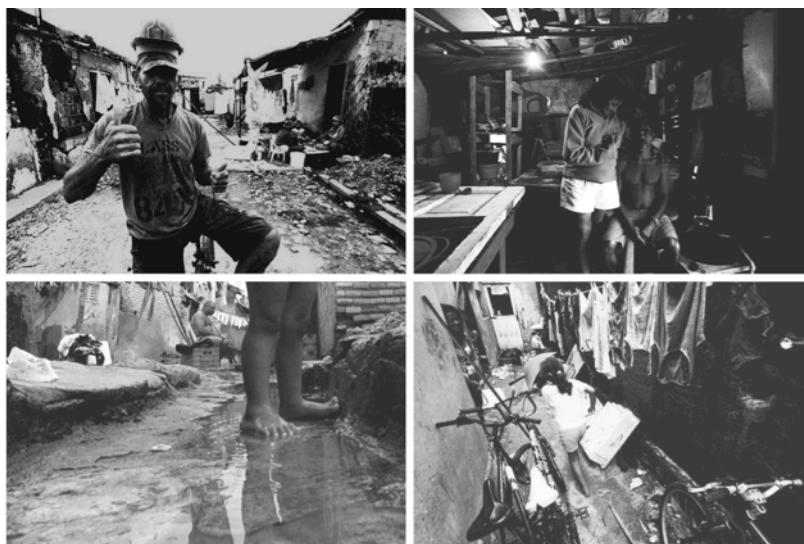


IMAGEM 2: Cotidiano da Favela do Maruim.

O Porto de Natal é gerido pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) e hoje tem destaque por ser o mais próximo ao continente europeu e por atender a demanda da exportação de frutas do RN. Entretanto é divulgado que o porto de Natal é pequeno e não tem infraestrutura para crescer. A Remoção da Favela do Maruim, que fica vizinha ao porto, é vista como a solução para sua expansão, o que gera conflitos de interesse econômico de grande porte.

Por ser uma área de grande interesse turístico e paisagístico, o maruim sofre uma pressão fortíssima, também, do mercado imobiliário; Além disso, o Estado se mostra completamente ausente na resolução do conflito existente entre o Maruim e a CODERN, foram inúmeras tentativas de dialogo entre sociedade, Estado e mercado e alguns projetos alternativos criados para a realocação da população em outras áreas do mesmo bairro, mas ocorreu uma série de desacordos e descumprimentos que arrastaram o problema.

A área qual se encontra o Maruim pertence à União, entretanto o Plano Diretor de Natal de 1994 definiu a área ocupada como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), Ou seja, essa junto à outras provas documentais comprovam a legitimidade da favela, cumprindo a função social da moradia; mas também, mostram que a CODERN tem legitimidade quanto à função econômica da área.

A favela do maruim se constitui como uma área urbana consolidada e é caracterizada como uma AEIS, para fins de regularização fundiária. Portanto deveria existir um plano mínimo de urbanização na tentativa de estabelecer limites e regular a área, entretanto a descontinuidade das políticas pública com a troca dos administradores urbanos acaba por mitigar qualquer tentativa de resolução do conflito.

O plano de relocação da Favela do Maruim se arrasta há décadas e a área em questão se mostra importante no processo de crescimento econômico em escala regional, devido a isso uma estratégia plausível de intervenção estatal seria a retirada daquelas famílias para outras áreas do próprio bairro das Rocas, com condições básicas de saúde, educação e segurança, de forma a minimizar todos os efeitos negativos em função da perda do lugar. Entretanto percebe-se que seguido por uma lógica de mercado que degrada o espaço e explora os indivíduos em nome do desenvolvimento econômico, o Estado se omite e posterga a resolução do conflito.

A população reclama que o Estado não oferece as mínimas condições de suporte e infraestrutura para a relocação das pessoas para outras áreas e a Associação de Moradores do Bairro das Rocas nos mostra que a Prefeitura Municipal de Natal não oferece um plano de ação com alternativas cabíveis para o problema, impossibilitando o diálogo.

A CODERN junto a prefeitura está expulsando os moradores e não há opção quanto à forma de compensação das perdas da casa. Hoje, a sociedade atua junto à ONGs, associações e a própria universidade federal do Rio Grande do Norte para tentar sanar o problema, mas o Estado e o Mercado atuam de maneira "criminoso" para forçar a saída daquelas pessoas.

As péssimas condições de vida encontradas no local somado à ilegalidade fundiária faz com que aquelas pessoas sofram um processo de vulnerabilidade e exclusão tamanha a ponto de ocorrer a perda da consciência pela maximização da violência. A população originária da área perde sua identidade e se vê sem projeto de vida e aspirações por não terem condições socioeconômicas de irem pra outro local.

Nesse tipo de contexto, muito se fala do custo social do desenvolvimento econômico, entretanto a situação da Favela do Maruim é uma agressão com várias faces aos direitos sociais e a dignidade da pessoa humana. Em conversa com moradores na associação de moradores, eles nos revelam que devido às péssimas condições de vida e a constante pressão sofrida pelos moradores por parte do mercado, qualquer tentativa de unidade social é inútil, pois as pessoas querem deixar o local, mas não tem condições de ir para outro espaço sem a ajuda do Estado.

Em conclusão a isso fica claro que o Maruim seria uma "não comunidade". Já que comunidade não sugere a existência de um sentimento de interesse mútuo. São inúmeras situações que relacionadas causam essa situação especifica de vulnerabilidade e exclusão. Tentar fazer a análise da situação do

Maruim segundo Caroline Moser, por exemplo, seria esgotar as definições teóricas e partir para o desafio de montar uma estratégia de ação para superar as situações de riscos no local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a lógica de desenvolvimento da cidade pressupõe fazer sua análise com base na relação entre Estado, sociedade e mercado. Com o surgimento da cidade capitalista percebemos que as relações sociais e as dinâmicas econômicas presentes no espaço social é refletidos no espaço físico da cidade. Dessa forma, fica claro que é preciso parar de fazer análises de cunho economicistas e fomentar pesquisas que levem em consideração as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que produzem o território.

Quando o mercado homogeneiza os indivíduos e transforma as relações sociais, é criada uma economia espacial complexa que permite a reprodução do capitalismo no território. Esse modo de produção é por si só desigual e excludente, sendo perverso com aqueles indivíduos que não possuem condições socioeconômicas aceitáveis para consentir as lógicas de mercado. As consequências disso são refletidas no território e criando uma cidade marcada pela pobreza e desigualdade, em que o novo estilo de sociabilidade urbana muitas vezes inviabiliza processos de capital social à procura melhoria das condições de vida.

Entender as situações de exclusão é levar em consideração estruturas e instituições sociais que moldam a visão da sociedade e caracteriza processos de riscos sociais. O mercado de trabalho é o principal fator de exclusão social em função da obtenção de renda pelo indivíduo e, junto a isso, os níveis de vulnerabilidade social serão diagnosticados a partir da ausência de ativos, os quais garantem a condição de mobilidade social para os indivíduos que conseguirem alcançar a estrutura de oportunidades, garantindo então o seu desenvolvimento pessoal.

Hoje a estrutura geral da cidade continua a ser marcada por um espaço complexo repleto de problemas urbanos e com grande desigualdade entre áreas ricas e pobres, entretanto percebe-se que mesmo entre os espaços pobres, existem particularidades muito diferentes entre si. Nos dois casos analisados – Vila de Ponta Negra e Favela do Maruim – vamos ver que a ocupação das áreas começa de forma incipiente e desordenada em função da fixação de famílias de pescadores e passa por transformações, principalmente pela ausência do Estado.

No caso da Vila de Ponta Negra, isso ocorre em virtude da “turistificação” da área, o que foi danoso às relações sociais e culturais do lugar, além disso, a lógica do capital internacional e da especulação do valor da terra fez com que houvesse uma valorização do bairro de Ponta Negra, expulsando os indivíduos pobres para áreas periféricas da cidade. Nesse caso, é possível verificar a presença do Estado na implementação de equipamentos voltados ao turismo e preservação do meio ambiente; se tratando de apoio e incentivo às organizações sociais locais não existe o dialogo entre Estado e sociedade.

No caso do Maruim, percebe-se que a área sempre foi esquecida pelo Estado e enfrenta uma situação limítrofe de conflito entre o porto da cidade de Natal e a população originaria do lugar; além disso, a população não tem acesso a nenhum tipo de serviço básico de saúde, educação ou segurança. Diferente da Vila de Ponta Negra, no Maruim não foi percebido a presença de capital social na população local e não há qualquer iniciativa coletiva de reivindicação de direitos ou acesso a bens e serviços; há um embate jurídico acerca da legalização fundiária do local e devido a grande pressão sofrida ao longo do tempo, com investidas (muitas vezes criminosas segundo os moradores) do porto de Natal a população resolveu concordar com a relocação das famílias para áreas dentro do bairro das Rocas. Entretanto a completa ausência do Estado posterga essa situação de conflito há anos, oprimindo e sujeitando aqueles indivíduos às mais variadas situações de vulnerabilidade e exclusão social.

REFERÊNCIAS

- Harvey, D. (1980) *A justiça social e a cidade*. São Paulo, SP, Brasil. Hucitec.
- Katzman, R. (1999) *Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre laraíces de La vulnerabilidade social em Uruguay*. Montevideo. PNUD/CEPAL.
- Katzman, R. (1997) *Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad e estructuras de oportunidade*. Oficina de La CEPAL en Montevideo/PNUD.
- Katzman, R. (2001) *Seducidos y abandonados: El aislamiento de los pobres urbanos*. Revista da CEPAL, N.75 de Dezembro.
- Kowarick, L. (1979) *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Marques, E; Bichir, R; Torres, H. (2013) *Políticas públicas, pobreza urbana e segregação residencial*. UNICAMP. São Paulo, SP, Brasil.
- Moser, C. (1998) *The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies*. World Development, Vol. 26, No. 1.
- Oliveira, L. (2013) *Os excluídos 'existem'?* ANPOCS, São Paulo, Brasil.
- Polanyi, K. (2000) *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- Ribeiro, L; Lago, L. (2000) *O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais N. 3. Novembro.
- Ribeiro, L. (2004) *A metrópole: Entre a coesão e a fragmentação e o conflito*. En: Ribeiro, L (coord.) *Metrópoles*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- RIBEIRO, L. (2005) *Cidade e cidadania: Inclusão urbana e justiça social*. En: Moysés, A (coord.) *Cidade, Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia, GO, Brasil. UCG.
- MAPA 1; IBGE (2000), IN: GEHAU-UFRN (2011), adaptado pelo autor.
- IMAGEM 1: Fotos do acervo particular de Carlos Lira, site: www.fatorrrh.com.br. Acesso em 15 de Agosto de 2013; Acervo Nominuto, site: www.sospontanegra.org. Acesso em 20 de Fevereiro de 2012; Acervo Tertuliano Rêgo Imobiliária, site: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=265711. Acesso em 15 de Agosto de 2013.
- IMAGEM 2: Arquivo online Tribuna do Norte, 2013, fotos Alex Régis.